

Pareceres da CJ contestando a CERT permaneceram secretos por 4 meses

A Consultoria Jurídica da USP exarou, em 30/10/2000, pareceres que acatam recursos de dois docentes do IG contra a CERT. No dia 4/11, despacho do procurador-chefe da USP recomendou que os pareceres não fossem encaminhados antes do julgamento, pelo CO, dos casos de dois outros docentes, Caetano Juliani e Gergely Szabó. Saliente-se que a diretoria da Adusp, em companhia da assessoria jurídica, teve uma audiência no dia 15/12 com o procurador-chefe em que foi solicitada informação sobre o andamento dos processos dos colegas da Geologia e do professor Zinsly. Foi-nos informado, na ocasião, que os pareceres ainda estavam sendo elaborados. Os documentos só chegaram à CERT em 30/1/2001. Perguntamos: por quê? (p. 4)



Américo Kerr

Roberto Leher, presidente da Andes, fala durante a cerimônia de abertura do 20º Congresso da entidade, realizado de 15 a 20 de fevereiro no campus da UERJ. A Adusp participou com cinco delegados (p. 3)

É hora de discussão nas unidades!

O 4º Congresso da USP está se aproximando e é este o momento de ampliarmos as discussões temáticas nas unidades, bem como de escolhermos nossos delegados. O Conselho de Representantes da Adusp irá se reunir na próxima semana para organizar a questão dos debates nos departamentos, nas escolas, nas faculdades.

Estamos sugerindo, entretanto, o envio de textos e propostas relacionados ao temário (veja quadro), que servirão de base para a discussão nos grupos. Os textos devem ser apresentados à comissão organizadora até o dia 16 de março próximo, assi-

nados por pelo menos 15 pessoas.

O sucesso do 4º Congres-

so depende de todos nós! Procure os representantes de sua unidade.



	Sexta-feira 6/4	Segunda-feira 9/4	Terça-feira 10/4	Quarta-feira 11/4
9h		Debate - Tema I Conjuntura: educação e universidade	Plenária Papel Social da Universidade	Plenária Estrutura da Universidade
14h30	Abertura Pública Credenciamento de delegados	Grupos Temáticos II Papel Social da Universidade*	Grupos Temáticos III Estrutura da Universidade**	15h Plenária de encerramento
18h30		Sistematização dos debates e deliberações dos grupos - tema II	Sistematização dos debates e deliberações dos grupos - tema III	

* Grupo temático II: 1- Acesso (vestibular, cotas, vagas etc.); 2- Ensino; 3- Pesquisa; 4- Extensão; 5- Financiamento e Autonomia; 6- Fundações e Autonomia; 7- Articulação com movimentos sociais organizados

** Grupo temático III: 1- Concepção e relações de trabalho; 2- Recursos Humanos (carreira, regime jurídico, etc.); 3- Estrutura de Poder e Processo Decisório; 4- Avaliação Interna; 5- Estrutura da Graduação e da Pós-Graduação; 6- Orçamento

Andes derrota Sinpro-SP na justiça e passa a representar os docentes do setor privado

A Andes-SN tem em sua carta sindical (1988) a representação de todos os docentes do ensino superior, não importando o regime de trabalho, a forma de contratação ou a natureza do empregador. Entretanto, por diversas razões, a rede privada tem sido representada, em muitos estados e municípios, pelos Sinpros que detêm a representação dos professores do ensino médio e fundamental privados. Uma recente decisão judicial em São Paulo terá forte impacto nas atividades sindicais da Andes-SN junto à rede privada.

Em julho de 1995, o Sindicato dos Professores de São Paulo - Sinpro-SP ingressou com um processo contra a Andes-SN na 5ª Vara Cível de Brasília, tentando impedir o nosso Sindicato de organizar e representar professores universitários da rede privada na sua base na cidade de São Paulo. Isso ocorreu na esteira de uma greve e da fundação da Adunisa- Associação dos Docentes da Universidade de

Santo Amaro, conferindo um certo caráter retaliatório à ação jurídica impetrada.

Em dezembro de 1997, o juiz da 5ª Vara, que julgou o processo, considerou improcedentes os pedidos e argumentos formulados pelo Sinpro-SP, e, em sua sentença, condenou-o a se abster do exercício de atividade sindical na educação superior na cidade de São Paulo, bem como a restituir à Andes-SN todas as verbas arrecadas a título de contribuição sindical, com correção monetária e juros de mora, retroativa, tal restituição, à data da transformação da Andes em Sindicato Nacional, em 1989. Foi, pois, juridicamente reconhecida a legalidade da representação, pela Andes-SN, dos docentes da educação superior privada na cidade de São Paulo.

O Sinpro-SP recorreu ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios, mas seu recurso foi considerado deserto, em decisão publicada em outubro de 2000. Ou seja, o Sinpro-SP perdeu definitivamente

a ação, restando-lhe apenas medidas protelatórias, das quais está sucessivamente lançando mão.

Desafio

Essa decisão da justiça coloca para a Andes-SN um desafio de primeira grandeza, que é o de transformar a legalidade judicialmente obtida em legitimidade reconhecida pelas bases, numa cidade que tem, no setor privado, cerca de 15 universidades e mais de uma centena de instituições de outros tipos (centros universitários, faculdades integradas e instituições isoladas).

A data-base dos professores, em todo o Estado de São Paulo, é março. As respectivas negociações ainda serão conduzidas, em 2001, pelo Sinpro-SP, fruto das medidas protelatórias que adotou. Todavia, a Secretaria Regional da Andes em SP, que deseja fazer essa transição sem grandes sobressaltos, já realizou uma reunião com a diretoria do Sinpro-SP e está acompanhando o processo

de discussão da pauta de reivindicações, tendo comparecido, em outubro de 2000, à assembléia da categoria convocada para discuti-la.

Da reunião feita, ficou evidente que a direção do Sinpro-SP tenderá a propor alguma forma de negociação da dívida, pois a execução total da sentença, com devolução corrigida de todo o montante recolhido ao longo de mais de dez anos, inviabilizará aquele Sindicato. Com essas medidas protelatórias, parece estar tentando buscar melhores condições de negociação.

Como é de interesse que essa situação não se prolongue e para que possa estar preparada, de fato e de direito, para conduzir as negociações trabalhistas na data-base em 2002, o 20º Congresso da Andes-SN aprovou resolução autorizando a Diretoria Nacional a negociar com o Sinpro-SP a(s) forma(s) e prazo(s) de pagamento da dívida correspondente ao total das verbas arrecadas a título de contribuições sindicais.

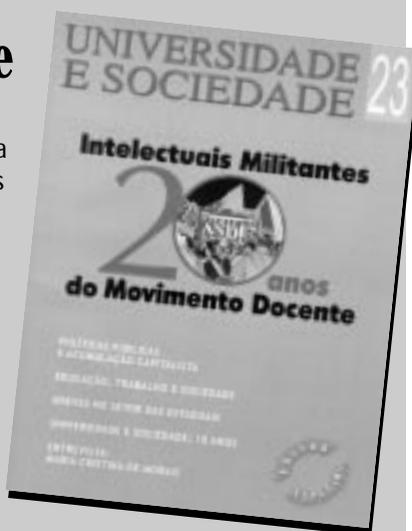
Revista da Andes-SN documenta movimento docente

A Andes-SN acaba de lançar a edição 23 da revista *Universidade e Sociedade*, comemorativa dos vinte anos de fundação da entidade. A edição especial, de 187 páginas, traz um encarte iconográfico de valor histórico, reproduzindo antigas publicações e fotografias de momentos marcantes da trajetória do movimento docente universitário.

Universidade e Sociedade publica quinze artigos, que abordam os seguintes temas: movimento docente e greves nas universidades estaduais; políticas públicas e acumulação capitalista; e as reformas em curso na educação superior.

Traz, ainda, entrevista com Maria Cristina de Moraes, que presidiu a Andes-SN no biênio 1996-98, e um ensaio de autoria do fotógrafo Daniel Garcia, que registrou para a Adusp a greve das universidades estaduais paulistas.

Os interessados podem retirar a revista na sede da Adusp, gratuitamente.



Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h. Telefones: 3818-4465/3818-4466/3813-5573. Fax: 3814-1715. E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h. Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066. E-mail: juridi-corp@adusp.org.br

Congresso da Andes em Defesa do Serviço Público

Realizou-se de 15 a 20 de fevereiro no campus da UERJ, no Rio de Janeiro, o 20º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior- Andes-SN. A pauta incluiu temas da conjuntura nacional, além da discussão de aspectos específicos do setor educacional.

Diversos participantes do Fórum Social Mundial, realizado recentemente em Porto Alegre, deram sua visão sobre os efeitos da globalização. Foi destacado que no Brasil o pagamento do serviço da dívida consome parte substancial do orçamento público e, dessa forma, o necessário investimento em áreas sociais se torna irrisório frente às demandas do país. Foi avaliado que o governo FHC tentará melhorar sua imagem junto à opinião pública criando uma barreira para as oposições, que tiveram crescimento nas últimas eleições.

Foi ainda apontado que a tentativa de desmoralizar movimentos populares, em especial o MST, faz parte de uma estratégia deliberada de tentar isolá-los. A Andes-SN deve permanecer atenta para denunciar os ataques aos movimentos sociais organi-



zados, buscando garantir o pleno exercício da cidadania.

Emprego público

Outro ponto importante de discussão foi a publicação recente da Lei 9.962, conhecida como Lei do Emprego Público. Essa lei retira, daqui para a frente, direitos relativos à isonomia, à unicidade do regime jurídico e à previdência social. Com base nessa legislação, o MEC elaborou projeto de lei propondo uma mudança radical nas carrei-



Acima, o ato público; abaixo, a delegação da Adusp

ras docentes das universidades públicas federais: sai o Regime Jurídico Único (RJU) e entra em cena a CLT como mediadora das relações trabalhistas para os novos contratados. Isso significa que os futuros professores terão, entre outros pontos, aposentadoria com teto definido pelo Regime Geral da Previdência, quebra da paridade entre ativos e aposentados e o fim da estabilidade funcional.

Para a Andes-SN, o projeto do MEC, caso seja aprovado, colocará em risco a produção científica do país, uma vez que o professor sem estabilidade no emprego é um professor sem autonomia acadêmica. A nova forma de contrato pode disseminar a figura do professor horista,

comprometendo a pesquisa e a produção do conhecimento. Não temos notícias sobre iniciativas similares à do MEC quanto ao regime de trabalho docente nas universidades estaduais paulistas.

Os participantes do congresso utilizaram o intervalo de almoço do dia 20 para realizar um Ato Público. Na ocasião, uma carta aberta à população foi distribuída, denunciando o descaso do governo com o serviço público e o servidor público.

A abertura do Congresso comemorou o 20º aniversário da Andes com a presença da maioria dos ex-presidentes da entidade e de representantes de movimentos populares e de partidos políticos de oposição.

Servidores públicos federais reivindicam 75,48%

No último dia 13, foi lançada a Campanha Salarial 2001 dos Servidores Públicos Federais, em Brasília, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

A categoria reivindica um reajuste de 75,48%, referente às perdas inflacionárias dos últimos sete anos. A pauta inclui ainda, entre outros itens, a reposição das vagas por meio de concurso público e a manutenção da Previdên-

cia Pública e dos direitos sindicais.

Participaram da plenária mais de 500 servidores, deputados dos partidos de oposição, dirigentes sindicais e o presidente nacional da CUT, João Felício.

Somente com muita mobilização e com a solidariedade das várias categorias de trabalhadores é que os servidores vão conseguir romper a intransigência do governo FHC.

Parecer da CJ acata recursos contra a CERT

Documentos permaneceram secretos por 4 meses

A Consultoria Jurídica da USP (CJ) elaborou pareceres acatando os recursos interpostos pelos colegas **Ciro Teixeira Correia** e **Silvio Roberto Farias Vlach**, do Instituto de Geociências. Estes docentes, bem como seus colegas **Caetano Juliani** e **Gergely Andres Julio Szabó**, todos com mais de dez anos de trabalho na USP, alguns na verdade com vinte, concursados em 1997, apresentaram, por exigência da CERT, relatórios de suas atividades, dois anos após terem sido nomeados. Durante os trâmites processuais, a CERT tentou ameaçá-los com mudança de regime de trabalho caso não apresentassem nos 2 anos seguintes mais 2 artigos em periódicos nacionais indexados e 1 em periódico estrangeiro também indexado.

A ameaça causou tamanha indignação entre alunos, funcionários e professores do IG que o reitor se viu obrigado a revisar a decisão da CERT. Como consequência, a CERT reconsiderou sua decisão no caso dos colegas **Ciro** e **Silvio**, vindo a aprovar seus relatórios, mas, ainda assim, decidiu solicitar para esses colegas novos relatórios a serem entregues daqui a dois anos. Nos casos dos colegas **Caetano** e **Gergely**, a CERT, ao manter a não aprovação dos relatórios, reiterou a ameaça de mudança do regime de trabalho desses docentes, e o Reitor exarou despacho solicitando novos relatórios para esses docentes, a serem apresentados no prazo de um ano. Indignados com estas decisões e contando com apoio institucional do IG, os colegas interpuseram recursos ao Reitor contra as decisões da CERT.

A Adusp vem mostrando, de modo claro e inequívoco, que as decisões da CERT não encontram respaldo na legis-

lação interna à universidade, nem nas decisões do Conselho Universitário e tampouco nas legislações estadual e federal. Os artigos publicados pela Adusp, bem como o parecer elaborado pela assessoria jurídica do sindicato, foram amplamente divulgados e podem ser consultados em nossa página eletrônica. Assim, não é com surpresa que verificamos várias causas de docentes contra a USP serem acatadas judicialmente. A leitura destas sentenças reforça a postura de questionamento da legitimidade da atuação da CERT e indica que a USP vem desrespeitando direitos individuais e trabalhistas básicos de seus docentes, vem ignorando as leis e com isto vem gerando precatórios.

Ainda assim, o Conselho Universitário, em fins do ano passado, não acatou os recursos dos colegas **Caetano** e **Gergely**, perdendo a oportunidade de indicar que os vínculos de trabalho na Universidade devem se estabelecer com base na ética, no Direito e no respeito às leis.

O parecer da CJ

Apenas em fevereiro os docentes **Ciro** e **Silvio** tiveram acesso aos pareceres da CJ, datados de 30 de outubro, que acatam seus recursos.

Chama a atenção o fato dos pareceres só terem sido encaminhados à CERT em 30 de janeiro. Mais que isso, no despacho de 4 de novembro, no qual o procurador-chefe da USP e chefe da CJ os aprovava, consta a recomendação explícita de que os pareceres só deveriam ser encaminhados à CERT "depois que o Conselho Universitário decidir os recursos interpostos por **Caetano Juliani** e **Gergely Andres Julio Szabó**". É mister perguntar: o que teria justificado, para dizer o mínimo, tão inusitada recomendação?

O parecer da CJ argumenta que ao aprovar os relatórios desses colegas, a CERT entendeu perfeitamente adequados seus desempenhos, não havendo portanto acompanhamento individual a continuar sendo feito. Desse modo, a exigência de novos relatórios não se justifica.

O parecer reforça ainda a necessidade de proposta da Unidade para provocar ao final do processo uma eventual mudança de regime de trabalho e que, em qualquer caso, para que esse tipo de mudança ocorra, deve ser rigorosamente motivada e precedida de um espaço próprio e específico para manifestação e defesa dos docentes. Assim, mais uma vez, ao con-

trário da posição da CLR quando da sua manifestação em relação aos recursos da Geologia recusados pelo CO em dezembro passado, a CJ corrobora muitos dos argumentos levantados pela assessoria jurídica da Adusp.

No nosso entender esses argumentos eram mais do que suficientes para fazer acatar também os recursos dos colegas **Caetano** e **Gergely**, independentemente dessa ou daquela particularidade no andamento dos processos, uma vez que na origem eles são idênticos, já que em nenhum momento o Instituto de Geociências questionou o RDIDP de qualquer desses docentes. Ao contrário, reiterou várias vezes, nos seus diferentes colegiados, que todos têm reconhecida dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão; e que em RDIDP foram concursados e nesse regime de trabalho devem permanecer.

A arbitrariedade cometida contra os colegas no Instituto de Geociências não é única na universidade. O evidente desrespeito às leis vigentes e aos direitos dos docentes que vêm ocorrendo sistematicamente tem tido suporte na atual estrutura autoritária da USP que precisa ser transformada.

Vem aí data-base 2001

*Política salarial
é fundamental!*